

## Senado define prioridades para votação e aprova 31 projetos

Um acordo entre líderes do governo e da oposição permitiu que o Plenário aprovasse ontem 31 projetos de lei e três requerimentos. Entre eles, o que determina que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do SUS, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, quando o sistema público não puder fazê-lo. **5**



Moreira/Imaz

Senadores do governo e da oposição conversam em Plenário; hoje deve ser votada a proposta de emenda à Constituição que institui o piso salarial para policiais civis e militares, assim como o projeto que trata da repressão ao crime organizado

### Diminui o número de obras com indícios de irregularidades, diz TCU

O número de obras públicas com indícios de irregularidades graves, 41, é o menor nos últimos anos. Em 2002, eram mais de 160. O dado foi apresentado pelo secretário de Fiscalização

de Obras do Tribunal de Contas da União, André Luiz Mendes, à Comissão Mista de Orçamento, em reunião para ouvir Infraero e Petrobras sobre denúncias de irregularidades. **6**

### Comissão deve votar novo CPP na terça-feira

Parecer de Casa-grande, apresentado ontem, sugere mudanças no projeto do código, uma delas para preservar a Lei Maria da Penha, outra para extinguir a prisão especial. Pedido de vista adiou a votação do texto. **6**

### Ofensa religiosa em game pode se tornar crime

Fabricar ou distribuir jogos de *video-games* ofensivos a costumes de povos ou a religiões poderá se tornar crime, segundo projeto de Valdir Raupp aprovado pela Comissão de Educação e que segue para a CCJ. **3**



José Cruz

Osmar Dias apoiou projeto de Goellner (D), para quem "os agricultores não são vilões, são conservadores"

### Agricultor poderá receber por preservar nascentes e rios

A Comissão de Agricultura aprovou parecer de Osmar Dias a projeto de Gilberto Goellner que prevê remuneração ao produtor rural

que mantiver a cobertura florestal em torno de nascentes e ao longo de cursos d'água. Medida vai à Comissão de Meio Ambiente. **3**

### Isonção de IR na venda de bem do ativo imobilizado

Projeto aprovado pela CAE beneficia empresas ao isentar do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido o ganho obtido na venda de bens como imóveis, equipamentos e automóveis. **4**

### Senadores pedem pressão popular contra corrupção

Pedro Simon e Flávio Arns apontaram a mobilização popular como a arma mais eficaz para enfrentar escândalos de corrupção, como o que atinge o governo do Distrito Federal e a Câmara Legislativa. **8**

Líderes dos partidos que apoiam o governo decidem colocar em votação, na sessão de hoje do Plenário do Senado, o protocolo de adesão do país vizinho ao Mercosul

## Ingresso da Venezuela pode ser decidido hoje

REUNIDOS ONTEM, OS líderes dos partidos que apoiam o governo decidiram colocar em votação na sessão de hoje o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul (PDS 430/08). O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), admitiu, no entanto, que a votação depende de quórum.

Os líderes dos partidos de oposição DEM e PSDB não participaram do encontro, já que estavam reunidos para discutir a crise política no Distrito Federal. Eles pediram, inclusive, o adiamento das votações de ontem em Plenário, até que terminassem a discussão em torno do caso José Roberto Arruda.

Na semana passada, em reunião que contou com a participação dos opositores, ficou

acertado que a votação do protocolo de adesão ocorreria em 9 de dezembro. No entanto, segundo Mercadante, o governo teme ausência de senadores em Plenário na próxima semana, devido à realização, em Copenhague, da Conferência da ONU sobre Mudança Climática.

Do encontro da base aliada, surgiu uma nova lista de prioridades, apresentada à Mesa diretora. Até o término da reunião, o DEM e o PSDB ainda não haviam sido consultados a respeito da nova lista.

Além do substitutivo do senador Mercadante ao PLS 150/06, que trata do combate ao crime organizado, e da PEC 41/08, que institui o piso salarial de policiais e bombeiros, a relação inclui,

por exemplo, o PLC 32/09, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; e o PLS 303/08, que autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste.

A Sessão Legislativa de 2009 se encerra em 22 de dezembro. Mas, antes disso, o Congresso deve finalizar a votação da Lei Orçamentária Anual.

Participaram da reunião, além de Aloizio Mercadante, os líderes do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC); do PMDB, Renan Calheiros (AL); do PSB, Antônio Carlos Valadares (SE); do PRB, Marcelo Crivella (RJ); do PP, Francisco Dornelles (RJ); e do PR, João Ribeiro (TO).



Deputado Severiano Alves (E), senador Eduardo Azeredo e Jefferson Simões, diretor da Confederação Nacional do Comércio

## Novo modelo de controle para ações de inteligência

As atividades de inteligência no Brasil, que incluem o trabalho da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), precisam de um novo modelo de controle. Essa foi uma das conclusões do seminário Atividade de Inteligência e Controle Parlamentar: Fortalecendo a Democracia, realizado ontem com apoio das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) da Câmara e do Senado. Os presidentes das comissões, o deputado Severiano Alves (PMDB-BA) e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), reconheceram que a composição atual da Comissão

Mista de Controle das Atividades de Inteligência – formada pelos presidentes das duas CREs e pelos líderes da maioria e da minoria nas duas Casas – dificulta a realização de reuniões. Azeredo e Severiano também destacaram a total falta de estrutura administrativa da comissão para realizar sua tarefa.

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, lamentou que o controle parlamentar da área não esteja funcionando. O seminário reuniu especialistas de Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Chile

e Portugal, que apresentaram os modelos locais e os principais desafios para o bom desempenho da atividade de inteligência. A falta de comunicação entre os diversos órgãos do setor, que ficou evidente depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, foi um dos problemas identificados.

Em países da América Latina, as principais deficiências apontadas foram falta de controle, aparelhamento político das estruturas de inteligência para servir a um determinado governo e vazamento de informações.

## Marconi Perillo recebe comitiva nigeriana

O vice-presidente da Casa dos Representantes da Nigéria, deputado Usman Bayero Nafada, à frente de comitiva parlamentar, visitou ontem o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), que o recebeu em nome de José Sarney.

A audiência foi focalizada nas semelhanças entre Nigéria e Brasil, países de grande extensão territorial que abrigam etnias e culturas diversas e que têm as maiores populações dos seus continentes. Os dois países também possuem valiosa riqueza petrolífera, sendo que o petróleo representa 20% do PIB nigeriano.

Marconi sugeriu que a missão africana visitasse também a Embrapa, sublinhando a importância do aprofundamento dos laços entre a Nigéria e o Brasil.

Nafada disse que, entre outros objetivos, a delegação pretende atualizar acordos vigentes entre os dois países.



Marconi recebe o deputado Usman Bayero Nafada e delegação da Casa dos Representantes da Nigéria

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário realiza sessão deliberativa

A sessão plenária do Senado tem início às 14h. Na ordem do dia, os parlamentares analisam pauta com proposta de emen-

da à Constituição (PEC 32/08) que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

### CMO: obras com irregularidades graves

Às 10h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza audiência pública com representantes do TCU e do Dnit, para subsidiar deliberações sobre obras com indícios de irregularidades graves. Às 14h30, a CMO tem reunião com representantes do TCU e dos ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

### Atrasos em voos

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne para votar substitutivo a quatro projetos regulamentando a concessão de indenização para passageiros de transporte aéreo em casos de problemas referentes a voos.

### CCJ debate ortotanásia

Com pauta de 37 itens, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne às 10h. Entre os projetos, o que proíbe o uso de tabaco em ambientes fechados, o que se refere à ortotanásia e o que dispõe sobre a exigência do diploma para jornalista.

### Vale-transporte para alunos de 3º grau

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina 42 itens, entre os quais projeto que prevê o fornecimento de vale-transporte a estudantes de curso superior ou profissionalizante que estejam vinculados a programa de estágio.

### CDH: impacto ambiental

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate, a partir das 9h, o impacto ambiental da hidrelétrica Belo Monte no rio Xingu.

### Biocombustíveis na CI

Às 14h30, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) discute o marco regulatório dos biocombustíveis com representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama.

### Fórum debate fiscalização e controle

Realização do 5º Fórum Senado Debate Brasil, das 9h às 18h, no Interlegis, sobre "Fiscalização e controle: a perspectiva dos legislativos estaduais e municipais". Foram convidados

os presidentes do Senado, José Sarney; do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar; e da União Nacional dos Legislativos Estaduais, deputado Clóvis Ferraz, entre outros.

### Lançamento de livro

Lançamento do livro *A margem esquerda do Amazonas*, de Amiraldo Bezerra. Às 18h, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho.

### CE: premiação

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) realiza audiência para homenagear os vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10. Entre os convidados, o diretor-executivo da Fundação Victor Civita, David Saad e professores.

### Emissoras de rádio e TV

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a partir das 8h30, analisa 32 projetos de decreto legislativo para autorizar o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

### Homenagem

Os senadores realizam homenagem, às 10h, no Salão Nobre do Senado, ao Dia de Solidariedade ao Povo Palestino, celebrado em 29 de novembro, por solicitação do senador João Pedro (PT-AM).

### CPI da Pedofilia colhe novos depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia ouve, às 14h30, os depoimentos de Fernando Luis Mattos da Matta (DJ Marlboro), Junia Fonseca Duarte, José Arimatéia de Farias, Paulo Afonso de Farias e Wilma Cássia Mendonça.

### Segurança pública

Audiência, às 18h, na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, ligada à Comissão de Justiça (CCJ), para tratar da reestruturação dos órgãos de segurança pública. Estão convidados o ministro da Justiça, Tarso Genro, e representantes das polícias Civil e Militar.

## Comissão considera crime distribuir videogames ofensivos

Fabricar, importar ou distribuir jogos de videogames ofensivos “aos costumes e às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos” poderá ser considerado crime. Pelo projeto (PLS 170/06) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE), a divulgação de conteúdo discriminatório por meio dos videogames é equiparada ao crime de preconceito previsto no artigo 20 da Lei 7.716/89 e está sujeita à pena de um a três anos de reclusão.

“Alguns jogos têm passado de brincadeiras de mau gosto, sendo arsenal de propaganda e doutrinação contra determinadas culturas, não sendo possível confundir liberdade de expressão dos jogos com culto à anarquia, desrespeito à imagem e honra das pessoas e aos cultos com suas liturgias”, alerta o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), em seu parecer.

A proposta ainda será submetida a decisão terminativa

da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

### Educação infantil

A CE também aprovou projeto que adapta o Estatuto da Criança e do Adolescente à Emenda Constitucional 53, de 2006. Atualmente, o atendimento em creches e pré-escolas é assegurado a crianças de zero a seis anos de idade. Pela Constituição, no entanto, o poder público está obrigado a oferecer o ensino fundamental (da 1ª à 9ª série) a partir dos seis anos de idade. Com isso, tornou-se necessário adequar o estatuto, pois, pelo novo projeto, a educação infantil vai até os cinco anos de idade.

A proposta (PLS 412/08) foi apresentada por Flávio Arns (PSDB-PR), teve parecer favorável de Marina Silva (PV-AC) e será examinada agora pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) antes de ser submetida ao Plenário.



Mozarildo (E), Marconi, Arns, Azeredo e Tuma em reunião da Comissão de Educação

## Projeto prevê equipe médica em todos os eventos esportivos

Para dar maiores garantias à saúde dos atletas e árbitros brasileiros, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou proposta que determina a presença de equipes de emergência médica em todos os eventos esportivos realizados no país.

O projeto (PLC 122/08), que segue para o exame do Plenário, estabelece que todas as entidades responsáveis por práticas esportivas serão obrigadas a fazer exames periódicos de avaliação da saúde física de seus atletas. A exigência engloba práticas desportivas de participação e de rendimento, sejam profissionais ou não.

Em seu parecer favorável, Adelmir Santana (DEM-DF) argumenta ser imprescindível a

presença, nos locais de competição, de uma equipe multiprofissional adequadamente treinada para o pronto atendimento de emergências médicas, tais como contusões, ferimentos abertos, arritmias cardíacas ou perdas de consciência por concussão cerebral, exaustão ou problemas metabólicos.

Segundo Adelmir, mesmo atletas ou árbitros sadios estão sujeitos a sofrer um mal súbito que exija atendimento de emergência.

Os exames periódicos dos atletas também são relevantes para apontar a necessidade de adoção de medidas preventivas ou terapêuticas, dando mais segurança aos atletas e à prática desportiva desenvolvida no país.

## Parlasul quer espalhar pontos de cultura pelos países do Mercosul

Os pontos de cultura instalados em cidades do Brasil no atual governo poderão espalhar-se agora por todo o Mercosul. Um projeto com esse objetivo, apresentado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), foi aprovado na noite de segunda-feira pelo Parlamento do Mercosul (Parlasul), em Montevidéu, e será agora encaminhado ao Conselho do Mercado Comum, órgão máximo da integração regional.

De acordo com a proposta, os pontos de cultura se articularão

nos países do bloco e formarão redes regionais, com o objetivo de ampliar o acesso a bens culturais e ofertar equipamentos para a produção cultural.

### Tribunal de Contas

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou ao Parlasul projeto de criação do Tribunal de Contas do Mercosul para fiscalizar a utilização de recursos por diversos órgãos regionais, como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

Compensação para proprietários que mantiverem cobertura florestal em torno de unidades de conservação está prevista em projeto aprovado pela Comissão de Agricultura



Eduardo Suplicy (E), Osmar Dias, relator; Gilberto Goellner, autor do projeto; e Flexa Ribeiro em reunião da CMA

## Produtor rural poderá ser pago por conservar matas

PROPRIETÁRIOS DE TERRAS vizinhas a unidades de conservação que mantiverem a cobertura florestal em torno de nascentes e ao longo dos cursos d'água poderão passar a ser remunerados a título de compensação ambiental. A medida consta de proposta aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O projeto (PLS 483/09) altera a Lei 9.985/00, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para prever que parte dos recursos destinados ao pagamento por serviços ambientais remunerem ações preservacionistas adotadas nas propriedades rurais

situadas na chamada zona de amortecimento. São assim denominadas as áreas no entorno de uma unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

– Os agricultores não são vilões, são conservadores – disse o autor do projeto, Gilberto Goellner (DEM-MT).

O relator na CRA, Osmar Dias (PDT-PR), apresentou parecer pela aprovação da matéria, embora tenha explicado, na reunião, que várias entidades, entre elas a Petrobras, manifestaram-se contrariamente.

Osmar Dias considera que, ao preservar a natureza, o produtor não está apenas cumprindo uma obrigação, mas prestando um serviço para toda a sociedade, além de renunciar à renda que derivaria do uso agrícola de tais áreas.

– O desmatamento pode, sim, ser controlado, mas a gente tem que dar compensação a quem cumpre todos os critérios de preservar o solo, as águas e as florestas – argumentou.

A matéria segue agora para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde será votada em decisão terminativa.

## CRA estende benefício do Garantia-Safra à Amazônia

O benefício Garantia-Safra poderá ser estendido aos produtores da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e parte do Maranhão. Atualmente, ele é destinado a agricultores familiares cujas propriedades estejam localizadas no Nordeste, no norte de Minas Gerais (vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e no norte do Espírito Santo que perderam suas lavouras devido a estiagem ou excesso de chuvas.

A ampliação consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e que segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme a Lei 10.420/02, têm acesso ao Garantia-Safra agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e que perderam, por conta da seca ou do excesso de chuvas, pelo menos 50% da produção de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão. O projeto acrescenta banana, hortaliças, juta e malva à lista de produtos.

Para o autor da proposta (PLS

324/09), Jefferson Praia (PDT-AM), a lei, “reconhecida como um avanço no combate à pobreza e como garantia de renda aos produtores familiares mais carentes da região Nordeste”, deve contemplar a área de atuação da Sudam, cujos produtores não têm nenhum outro tipo de benefício para minorar suas dificuldades.

O relator, Osmar Dias (PDT-PR), recomendou a aprovação argumentando que a extensão do Garantia-Safra a agricultores da região amazônica “é questão de justiça social e isonomia econômica a pessoas na mesma situação”.

## Grupo discutirá política de resíduos sólidos

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Renato Casagrande (PSB-ES), anunciou ontem a criação de um grupo de trabalho que funcionará no âmbito do colegiado para examinar em profundidade a chamada Política Nacional de Resíduos Sólidos, em análise na Câmara dos Deputados.

A ideia, conforme observou Casagrande, é antecipar o debate da matéria, considerada por ele como altamente relevante para o desenvolvimento sustentável do país, antes mesmo que o projeto chegue para análise no colegiado.

Encaminhada ao Congresso

Nacional pelo Executivo, a proposta (PL 1.991/07) determina que os geradores de resíduos sólidos – como fabricantes de equipamentos de informática – terão de adotar medidas de compensação ambiental e serão obrigados a promover ações de reciclagem que gerem renda para os catadores de lixo.

Dois empresários japoneses do ramo de reciclagem de automóveis, Norihiko Kondo e Kenichi Tsugumi, alertaram a comissão para a necessidade de o Brasil ter uma legislação própria que trate da reciclagem de carrocerias e peças de veículos, a exemplo do que já ocorre em vários países.



Casagrande (E) preside reunião da CMA, que ouviu os japoneses Tsugumi e Kondo

César Borges destaca que um dos objetivos do projeto de Marco Maciel, aprovado em decisão terminativa pela CAE, é gerar emprego e renda

## Recursos para institutos históricos e geográficos

A União poderá repassar recursos a institutos históricos e geográficos. Projeto nesse sentido (PLS 448/07), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto teve parecer favorável do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), e como foi aprovado em decisão terminativa, segue para a Câmara dos Deputados.

Tais repasses se destinam à preservação da memória histórica e geográfica regional e será feita mediante previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e posterior inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA). Para ter direito a esse auxílio federal, as entidades precisam ter caráter privado, não ter fins lucrativos e ser declaradas de utilidade pública. Além disso, devem possuir patrimônio próprio, biblioteca especializada, arquivos documentais acessíveis ao público e, por fim, atuação efetiva na unidade da Federação que representa.

### Nova tramitação

A CAE aprovou ainda pareceres pela transformação de dois projetos de lei complementar em projetos de lei ordinária, o que vai levar à reapresentação das propostas e gerar nova tramitação para as mesmas.

O primeiro parecer foi apresentado por Efraim Moraes (DEM-PB) ao PLS 239/08 – Complementar, de iniciativa do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que regulamenta o risco de crédito decorrente de operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

O segundo foi elaborado pelo senador Tião Viana (PT-AC) para o PLS 203/09 – Complementar, de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS). A proposta dá permissão para a massa falida ou entidade sindical fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, no caso de o empregador ter sido declarado falido.



Mercadante (esq., ao lado de Antonio Carlos Júnior) anuncia que apresentará recursos para exame da matéria em Plenário

## Proposta livra de tributo a venda de ativo imobilizado

O GANHO DE capital obtido na venda de bens do ativo imobilizado – na forma de imóveis, equipamentos, veículos – poderá ficar livre da incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei (PLS 409/09) do senador Marco Maciel (DEM-PE) que beneficia com a isenção as empresas tributadas com base no lucro real.

Atualmente, o ganho de capital resultante da venda desses bens sofre a incidência de 15% de Imposto de Renda, mais adicional de 10%, e de 9% de CSLL, com exceção das instituições financeiras e de seguros

## Projeto dá poder de cobrança a conselho profissional

Projeto que estabelece regras para a cobrança de anuidades e taxas de representantes comerciais por conselhos regionais em que estão registrados foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, Gim Argello (PTB-DF), sugeriu modificação ao projeto original da Câmara (PLC 194/09), que agora será enviado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

O senador endossou o argumento apresentado pelo autor, deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE), de que a aprovação preencherá o “vazio legal” decorrente da revogação

privados, taxadas em 15%.

César Borges (PR-BA), relator da matéria (409/09), ressaltou o objetivo do projeto de gerar emprego e renda. Conforme observou, os ativos imobilizados das empresas não são atualizados monetariamente desde janeiro de 1996, o que levou a sua escrituração contábil a valores muito abaixo dos de mercado.

### Limitador

Francisco Dornelles (PP-RJ), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) manifestaram apoio ao parecer de César Borges. Embora tenha avaliado a proposta como meritória, Aloizio Mercadante (PT-SP) anunciou que vai entrar com

recurso para que a proposta vá ao exame do Plenário.

A intenção de Mercadante é apresentar emenda à proposta para inserir um limitador na avaliação dos bens do ativo imobilizado, com o objetivo de evitar vendas artificiais.

Dornelles considerou o limitador inócuo, argumentando que, mesmo que a empresa supervalorize o ativo imobilizado vendido, não vai poder tirar vantagem do ganho de capital auferido, por não poder distribuí-lo como lucro nem incorporá-lo ao capital.

Antonio Carlos Júnior ponderou que a fixação de um limitador único para avaliação de todos os bens do ativo imobilizado pode gerar distorções.

da Lei 6.994/82, que estabelecia normas para a fixação dos valores de anuidades e taxas devidas aos órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício profissional.

Além da revogação da lei, essas entidades vêm enfrentando decisões contrárias do Poder Judiciário à validade da Lei 11.000/04, que autorizou os conselhos de fiscalização profissional a fixar e cobrar as contribuições anuais. Segundo o relator, a Justiça tem declarado a inconstitucionalidade desta lei sob o argumento de que ela delega competência tributária privativa da União.

## Taxação de grandes fortunas recebe votos divergentes

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que instituiu o Imposto sobre Grandes Fortunas e recebeu parecer pela rejeição na CAE foi mantido na pauta da comissão a pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele apresentou voto contrário ao parecer do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) pela rejeição do PLS 128/08 – Complementar.

O relator admitiu ser louvável o objetivo do projeto, mas decidiu recomendar sua rejeição por enxergar dificuldades administrativas para sua implementação e baixa capacidade de gerar arrecadação.

Suplicy, por sua vez, ressaltou que a Constituição federal conferiu à União competência para criar o tributo e lembrou que projeto elaborado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, e rejeitado pela Câmara dos Deputados, já reivindicava a taxa da fortuna familiar superior a R\$ 4 milhões com alíquotas progressivas.

As palavras de Suplicy foram endossadas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que sugeriu a ida de Paim à CAE para defender a proposta.

### Rejeição

Outros quatro projetos tiveram relatório pela rejeição na CAE: o PLS 146/03, que trata da regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FCN); o PLS 556/07, que prevê a concessão de financiamento às entidades operadoras de serviço de radiodifusão comunitária para migrarem para o sistema digital; o PLS 641/07, que regula a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; e o PLS 162/09 – Complementar, que altera o Código Tributário Nacional (CTN) quanto à recuperação de empresa em processo de falência.

Também foi adiada a votação, por pedido de vista do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), do PLS 247/06, que inclui trabalhadores desempregados nos programas de alimentação e de concessão de vale-transporte, desde que inscritos em cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem.

## Trabalhadores, empresários e Caixa divergem sobre mudanças na legislação do FGTS

Representantes dos trabalhadores apoiam as propostas de alterações na legislação que regula o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Já o empresário e a Caixa Econômica Federal, administradora do FGTS, as veem com cautela.

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, o presidente do Instituto FGTS Fácil, Mario Alberto Avelino, considerou que os recursos dos trabalhadores vêm sendo “confiscados”, pois não são atualizados de forma adequada.

A audiência foi proposta pelo presidente da CAE, Garibaldi Alves (PMDB-RN), relator de

três projetos sobre o assunto – PLS 581/07, de Paulo Paim (PT-RS); PLS 193/08, de Tasso Jereissati (PSDB-CE); e PLS 301/08, de César Borges (PR-BA).

A rentabilidade do FGTS hoje é dada pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano. Avelino defendeu a correção dos recursos do fundo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme o projeto de Jereissati. Já o projeto de Paim prevê a substituição da



Joaquim de Oliveira, Elson Póvoa, Epaminondas Lino, Garibaldi, Mario Avelino e Miguel Salaberry Filho

TR pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Na opinião do presidente da Força Sindical no Distrito Fede-

ral, Epaminondas Lino, metade dos lucros obtidos pelos investimentos dos recursos do FGTS deve ser rateada entre os traba-

lhadores, conforme a proposta de César Borges. O superintendente da Caixa, Joaquim de Oliveira, disse que o FGTS não pode ser comparado às aplicações do mercado financeiro, mas propôs mudanças na legislação. Já o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, Elson Póvoa, defendeu a manutenção da lei em vigor. Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou que mudanças serão aprovadas e sugeriu que o governo já comece a trabalhar de acordo com elas.

# Acordo garante aprovação de 31 projetos

Um acordo entre líderes do governo e da oposição, que apresentaram à Mesa relação de projetos de seu interesse, permitiu que o Senado aprovasse ontem à noite 31 projetos de lei e três requerimentos. Os demais itens das duas listas – uma do governo e outra do PSDB – deverão ser apreciados hoje.

Segue para sanção presidencial, por exemplo, proposta de criação dos juizados especiais da Fazenda Pública para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios, até o valor de 60 salários mínimos. A proposta, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovada na forma de substitutivo da Câmara dos

Deputados.

Entre as matérias votadas, destacam-se o substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto de lei da Câmara (PLC 69/01) que determina que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, quando o SUS não tiver condições de garantir assistência. Outra matéria aprovada (PLS 303/08), da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), autoriza a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO). Também recebeu voto favorável o projeto de decreto legislativo (PDS 52/07) que dispõe sobre a realização de plebiscitos para a

criação do estado do Carajás.

Os senadores apreciaram ainda o PLS 320/09, que concede o benefício do Bolsa Atleta aos atletas-guias dos para-atletas, além de emendas das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a projeto de resolução (PRS 62/09) que trata da comprovação de adimplência de devedor de recursos da União.

Foi transferida para hoje a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 41/08) que institui piso salarial para policiais civis e militares e bombeiros militares e do projeto (PLS 150/06) que trata da repressão ao crime organizado.



Líderes partidários da base governista e da oposição prepararam lista de matérias que concordavam em votar. As que não foram examinadas ontem devem ser votadas pelo Plenário na sessão de hoje

## PROJETO ALTERA LEI DE IMPROBIDADE

Vai à sanção presidencial o projeto (PLC 47/08) que altera a Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92) para permitir a aplicação de sanções e penas ao responsável por ato de improbidade de forma separada, e não somente de modo cumulativo ou em bloco. A Lei de Improbidade trata das sanções para agentes públicos que enriqueçam de forma ilícita.

## TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS DO PROUNI

O projeto que permite a transferência de estudantes bolsistas entre as instituições de educação superior participantes do Programa Universidade para Todos (ProUni) foi aprovado ontem pelo Plenário.

O texto agora volta à Câmara, pois recebeu duas emendas na Comissão de Educação e Esporte (CE).

## JUIZADOS DA FAZENDA PÚBLICA SÃO CRIADOS

Segue à sanção presidencial proposta (PLS 118/05) aprovada ontem que cria os juizados especiais da Fazenda Pública para julgar causas de interesse dos estados, do Distrito Federal e dos municípios no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 27.900). O objetivo, segundo o autor, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), é acelerar o atendimento à população.

## REDE PRIVADA PODE ATENDER URGÊNCIA DO SUS

Quando o Sistema Único de Saúde (SUS) não tiver condições de garantir assistência, o atendimento de urgências e emergências médicas deverá ser prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento. O projeto (PLC 60/01) é do senador Paulo Paim (PT-RS), então deputado, e ainda deverá passar por votação suplementar.

## CONCESSÃO DE BOLSA A GUIAS DE PARA-ATLETAS

A concessão do benefício da Bolsa Atleta aos guias dos para-atletas deficientes visuais (categorias T11 e T12) – segundo critérios estabelecidos pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC) – foi aprovada pelo Plenário. O projeto foi proposto pela Comissão de Educação, (CE). Para a classe T12, deverá ser comprovado que o para-atleta precisa de guia.

## PROGRAMA VOLUNTÁRIO DE VACINAÇÃO NA EMPRESA

Proposta aprovada pelos senadores institui o Programa Voluntário de Vacinação (PVV). Pelo projeto, as empresas em todo o país poderão fornecer vacinas a seus empregados e respectivos dependentes, caso resolvam participar do programa.

Como foram feitas alterações pelo Senado, a matéria voltará ao exame da Câmara dos Deputados.

## PUNIÇÃO A ACUSADO QUE MENTIR EM JUÍZO OU CPI

Outro projeto (PLS 226/06) aprovado incrimina o acusado ou indiciado que mentir ou negar a verdade em processo judicial ou administrativo, inquérito policial, civil e administrativo, juízo arbitral ou comissão parlamentar de inquérito.

De iniciativa da CPI Mista dos Correios, a proposta será submetida agora a um segundo turno de votação.

## PRESÍDIO FEMININO SÓ PODERÁ EMPREGAR MULHER COMO AGENTE DE SEGURANÇA

Projeto de lei da Câmara aprovado ontem e que segue à sanção prevê que presídios femininos só poderão empre-

gar mulheres como agentes de segurança. A nova lei entra em vigor 180 dias após a publicação. A proposta (PLC 48/07)

teve origem em denúncias de abuso sexual e de situações embaraçosas devido à presença masculina nas instituições.

## RIGOR CONTRA CORRUPÇÃO NO FUTEBOL

Vai à Câmara projeto originário da CPI do Futebol que regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelecendo normas específicas para a prática, a administração transparente das ligas e entidades e a responsabilidade de seus administradores. Pelo projeto, o futebol profissional deverá ser regulado por normas nacionais e internacionais de práticas desportivas aceitas pela entidade de administração nacional do desporto. As atividades relacionadas às competições devem ser entendidas como ato de comércio.

## PLEBISCITO SOBRE ESTADO DO CARAJÁS

O Senado aprovou ontem a realização de plebiscito sobre a criação do estado do Carajás, como estabelece o PDS 52/07, que vai à Câmara dos Deputados.

O novo estado, 27º do país, teria 38 municípios do sul e sudeste do Pará, 280 mil km² e 1,4 milhão de habitantes. O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), considerou que a divisão do Pará "aliviaria o ônus administrativo e suas sequelas para as finanças públicas". Marabá seria a principal cidade do Carajás, onde se localizam ainda a Represa de Tucuruí e a Serra dos Carajás.

## MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Vai à sanção projeto (PLC 126/07) que implementa alteração tópica em relação às competências do Ministério da Defesa, substituindo a expressão "material de emprego militar" pelo termo "produto de defesa". Esse termo permite o controle de processos associados à produção desses materiais. Entre os assuntos de competência do ministério, está a "política nacional de exportação de produtos de defesa, bem como fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento, produção e exportação em áreas de interesse da defesa e controle da exportação de produtos de defesa".

## AUTORIZADO BANCO DO CENTRO-OESTE

O Executivo foi autorizado a criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PLS 303/08). O futuro banco apoiará projetos de desenvolvimento nos estados da região, num papel similar ao que o Banco da Amazônia (Basa) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) exercem para a Amazônia e para o Nordeste. Sua principal fonte de receitas será o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), criado pela Constituição de 1988 juntamente com os fundos do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE). Os três fundos recebem 3% da arrecadação anual dos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados.

## CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pessoas portadoras de necessidades especiais deverão ocupar pelo menos 5% dos cargos e empregos públicos, determina projeto de lei do Senado (PLS 382/03) que deverá ser votado em turno suplementar. Os concursos de provas e títulos realizados no âmbito da administração pública direta e indireta deverão reservar entre 5% e 20% das vagas para pessoas com deficiência.

## AS OUTRAS PROPOSTAS VOTADAS EM PLENÁRIO

Além das matérias destacadas nesta página, o Plenário do Senado aprovou ontem os seguintes projetos:

PLC 110/05, PLC 104/07, PLC 34/01, PLC 22/02, PLC 72/06, PLC 85/04, PLC 116/06, PLC 19/05, PLC 127/07, PLC 15/06, PLC 35/03, PLC 71/06, PLC 154/08, PLC 38/07, PLS 220/06, PLC 60/07, PLC 5/08 e PRS 62/09.

Parecer de Casagrande, apresentado ontem, sugere mudanças no projeto; em razão de pedido de vista, votação do texto ficou para terça-feira

# Novo CPP deve manter rigor da Lei Maria da Penha

A PRÁTICA DE violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não será julgada nos juizados especiais criminais, nem estará sujeita ao instituto da suspensão condicional do processo. Esse é um dos pontos do parecer apresentado ontem por Renato Casagrande (PSB-ES), relator do projeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP). A matéria vem sendo discutida desde maio por uma comissão especial interna da Casa, composta por 11 senadores.

Em razão de pedido de vista por Romeu Tuma (PTB-SP), Valter Pereira (PMDB-MS) e Papeleo Paes (PSDB-AP), o colegiado deverá votar o parecer sobre a matéria (PLS 156/09) na terça-feira, às 14h. Se aprovado, será encaminhado imediatamente para deliberação do Plenário.

A Lei Maria da Penha pune a

violência doméstica que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial. A lei estabelece que, aos crimes praticados dentro de sua abrangência, não se aplicam os procedimentos previstos nos juizados especiais criminais. Porém, a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto teria na prática excluído essa determinação.

A prisão especial também sofreu alteração no texto do relator: a prisão especial para ministros de Estado, governadores, prefeitos, secretários, parlamentares, delegados de polícia e magistrados, entre outros, seria extinta. Somente seria recolhido em quartéis ou outros locais, que não estabelecimento penal, o preso que, pelas circunstâncias de fato ou por suas condições pessoais, estiver com sua integridade física em risco.



Waldemir Rodrigues

Ao lado de Demostenes Torres, presidente da comissão especial, Renato Casagrande (D) explica pontos do seu relatório

O presidente da comissão especial, Demostenes Torres (DEM-GO), elogiou o trabalho de Casagrande e disse que o parecer é coerente e precisa

apenas de alguns ajustes. Valter Pereira defendeu a aprovação do projeto até o final do ano.

Por sua vez, Marconi Perillo (PSDB-GO) mencionou diversos

pontos considerados por ele relevantes no projeto do relator, citando como exemplo a atuação do Ministério Público já no inquérito policial.

## TCU aponta 41 obras com irregularidades graves

Com 41 obras citadas, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras que apresentam indícios de irregularidades graves, em exame na Comissão Mista Orçamento (CMO), foi o mais enxuto dos últimos nove anos. Em 2002, a lista chegou a incluir mais de 160 obras executadas com recursos do Orçamento da União marcadas por problemas dos mais variados tipos, desde alterações nos projetos a preços superfaturados.

Os dados foram apresentados pelo secretário de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes, em audiência realizada

ontem pela CMO. Foram ouvidos também representantes da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e da Petrobras.

O TCU auditou 99 das 2.446

obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A amostra corresponde a 3,9% do total, em número de obras, mas concentram mais de 80% das despesas do programa.



Waldemir Rodrigues

André Mendes, do TCU, apresenta relatório à Comissão de Orçamento

## Aeroportos de SP e ES vão receber recursos em 2010

Paralisadas em decorrência de auditorias do TCU, que detectaram superfaturamento nos contratos, as obras dos aeroportos de Vitória e Guarulhos (SP) poderão voltar a receber recursos do Orçamento da União em 2010. Esses contratos devem permanecer no anexo de obras com indícios de irregularidades graves do próximo Orçamento, mas o reinício dos serviços será possível por meio de licitações para a escolha de novas construtoras para tocar os trabalhos.

– A inclusão no anexo paralisa o contrato irregular, e não a obra. Por isso, nada impede a continuação da obra por meio de novo contrato – afirmou o deputado Carlos Melles (DEM-MG).

O diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Infraero, Jaime Parreira, disse que está fazendo o necessário para sanar os problemas apontados.

## Problemas encontrados em três obras da Petrobras

Na CMO, o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, André Luiz Mendes, também apresentou problemas detectados nas obras da Refinaria Abreu e Lima (PE), na modernização e adequação da Repar (PR) e nas obras do Porto de Barra do Riacho (ES), todas executadas pela Petrobras. Segundo Mendes, os indícios de superfaturamento na refinaria de Pernambuco foram calculados em R\$ 96 milhões. Nas obras da Repar e do porto foram encontrados indícios de sobrepreço e falhas nos projetos básicos.

O gerente-geral de implementação das obras da Refinaria Abreu e Lima, Glauco Legatti, disse que os indícios apontados estão sendo analisados pela equipe técnica da companhia e todos devem ser esclarecidos em breve junto ao tribunal.



Moreira Matiz

Lúcia Vânia: destinação do lixo urbano é problema mundial

### Lúcia Vânia cobra política para resíduos

A destinação adequada do lixo urbano passa pela aprovação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, disse a senadora Lucia Vânia (PSDB-GO) ao destacar que há 18 anos tramita projeto sobre o assunto no Congresso.

O problema da destinação do lixo tem dimensão mundial e exige posicionamento do governo, ações concretas das prefeituras e mudança de mentalidade dos cidadãos, observou a senadora.

### Antonio Carlos Júnior lembra centenário de Orlando Gomes

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) anunciou da tribuna que no próximo dia 7 os baianos comemorarão com uma série de eventos o centenário de nascimento do jurista Orlando Gomes dos Santos, considerado um dos gênios do Direito brasileiro.

O senador assinalou que, juntamente com Rui Barbosa, Orlando Gomes levou a Bahia a figurar “como um dos mais importantes berços do saber jurídico brasileiro”. ACM Júnior encaminhou requerimento para um voto de congratulações.



Moreira Matiz

Valter Pereira: Mato Grosso do Sul foi criado em 1977

### Valter Pereira apoia redivisão territorial

Valter Pereira (PMDB-MS) comemorou a aprovação do projeto de decreto legislativo (PDS 52/07) que trata da realização de plebiscito sobre a divisão do Pará para a criação do estado de Carajás. Pela proposta, a consulta deverá ser realizada no prazo de seis meses a contar da data da publicação do decreto.

O senador lembrou que o estado do Mato Grosso do Sul foi desmembrado do Mato Grosso em 1977.



Moreira Matiz

ACM Júnior diz que vários eventos comemorarão a data

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Mão Santa • Paulo Paim

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues  
Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Mercadante defende reforço legal contra crime organizado

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), defendeu ontem a aprovação de texto que trata da repressão ao crime organizado, elaborado sobre projeto (PLS 150/06) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana passada. Ele defendeu ainda a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que institui piso salarial para policiais civis e militares e bombeiros militares (PEC 41/08).

A proposta de repressão ao crime organizado busca compatibilizar a legislação com a Convenção de Palermo, da Organização das Nações Unidas, que dá mais instrumentos às polícias e ao Ministério Público para combater o crime organizado e o tráfico de drogas de maneira "mais sistêmica e eficiente". Mercadante ressaltou o envolvimento de



Aloizio Mercadante também propôs aprovação de piso salarial para policiais

diversas instituições públicas na discussão da matéria, em especial, o Supremo Tribunal Federal (STF) e seu presidente, o ministro Gilmar Mendes; o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos; as associações estaduais do Ministério Público; a Secretaria da Receita Federal; a Polícia Federal; e integrantes do Banco Central especializados em crime de lavagem de dinheiro, entre outros.

## Mozarildo apoia criação de novos estados na região Norte

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu o projeto de decreto legislativo que propõe a realização de um plebiscito sobre a criação do estado de Carajás (PDS 52/07), aprovado ontem. O senador apoia o desmembramento dos estados do Norte, o que favoreceria seu desenvolvimento e traria maior representação política para a região.

Ele lamentou que o projeto sobre a realização de plebiscito para a criação do estado de Tapajós, já aprovado pelo Senado, esteja "parado na Câmara dos Deputados há vários anos". Mozarildo lembrou que Amazonas, Pará e Mato Grosso representam quase a metade do território nacional. O Amazonas é maior que todos os estados do Sul e Sudeste juntos, enquanto São Paulo sozinho tem mais deputados que toda a região Norte.

— O desmembramento de estados da Amazônia não interessa



Mozarildo diz que desmembramento traria mais representação política

aos grandes estados brasileiros, que têm uma visão atrasada, de que o Brasil não deve se desenvolver por igual — afirmou.

Mozarildo ainda defendeu que as instituições de pesquisa e desenvolvimento sediadas na Amazônia façam os diagnósticos necessários para o desenvolvimento da região, em vez de esses diagnósticos serem apresentados por pessoas e instituições de outros lugares.

## Suplicy: filme sobre Lula tem "excepcional importância"

O filme *Lula, o filho do Brasil*, de Fábio Barreto, ao retratar a trajetória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constitui "algo de excepcional importância e qualidade", disse ontem Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na opinião do senador, o filme testemunha "uma história pouco usual de um menino nascido em Caetés (PE)" e que, "graças à fibra de sua mãe, dona Lindu, acaba se desenvolvendo de uma maneira tal que em 2002 se torna o presidente do Brasil".

Suplicy recomendou a leitura de dois livros sobre Lula: o da escritora Denise Paraná, que deu origem ao filme de Fábio Barreto; e o do escritor Audálio Dantas, com prefácio do jornalista Ricardo Kotscho.

Para João Pedro (PT-AM), o filme vai fazer parte da lista das grandes produções nacionais, por retratar a saga de milhares



Eduardo Suplicy destacou história "pouco usual" do atual presidente

de nordestinos que, a exemplo da família de Lula, migram para São Paulo.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacou que "dona Lindu educou seus filhos com idealismo, suportando todas as agruras da pobreza", enquanto Mário Couto (PSDB-PA) disse que Lula deveria "mandar fazer um filme sobre as miseráveis condições de vida dos aposentados do país".

Para senadora, anúncio de metas pelo governo brasileiro foi decisivo para mudar expectativa global em torno da conferência da ONU sobre mudanças climáticas

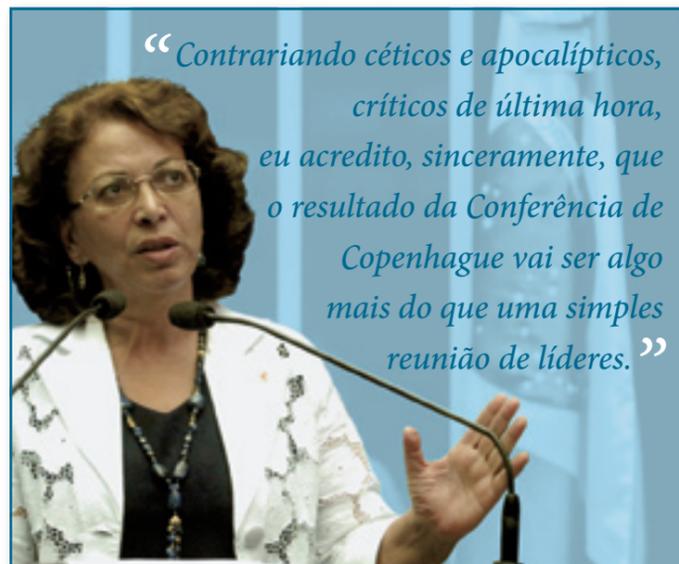
## Ideli: Brasil terá papel de destaque em Copenhague

IDELI SALVATTI (PT-SC) afirmou que, faltando apenas seis dias para o início da 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), a discussão sobre o aquecimento global ganhou corpo. Ela citou o anúncio de metas para a redução das emissões de gases do efeito estufa pelos Estados Unidos e pela China, fazendo com que o ceticismo em torno da conferência em Copenhague fosse substituído, na sua avaliação, pela expectativa global.

A parlamentar disse que o anúncio antecipado de metas pelo Brasil e a atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram decisivos para a "mudança de clima" em torno do encontro na Dinamarca, conforme apontam matérias publicadas na imprensa estrangeira.

— O *Le Monde* reconhece o papel que o Brasil assume no processo de exigir metas e compromissos de redução e o papel de destaque que o Brasil terá ao longo da conferência — afirmou a senadora, referindo-se à matéria publicada no jornal francês.

Ideli frisou que o Congresso Nacional também fez a sua parte em relação à conferência, lembrando a aprovação pelo



“Contrariando céticos e apocalípticos, críticos de última hora, eu acredito, sinceramente, que o resultado da Conferência de Copenhague vai ser algo mais do que uma simples reunião de líderes.”

Senado, na semana passada, da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas.

A senadora também assinalou que a política ainda tem condições de ser aprovada pela Câmara antes do início da COP 15. O fundo já seguiu para sanção presidencial.

### Reforma política

Ao se referir às denúncias de corrupção envolvendo o governador do Distrito Federal,

José Roberto Arruda (DEM), e integrantes da administração da capital federal, Ideli disse que toda a indignação em torno do episódio "deveria vir acompanhada da mais importante das reformas", a reforma política.

— Todos esses episódios, infelizmente, estão ligados diretamente ao sistema político brasileiro, é por conta da forma como são financiadas as campanhas no Brasil, os compromissos que são assumidos durante os processos eleitorais — afirmou.

## Paim lamenta situação dos municípios atingidos por chuvas

Paulo Paim (PT-RS) lamentou o fato de 98 municípios do Rio Grande do Sul terem declarado estado de emergência devido às fortes chuvas e ventos que assolam o estado desde 13 de novembro. Conforme disse, já foram contabilizados 10 mortos, 5 mil desabrigados e 60 mil habitantes sem luz.

O senador observou que essa é a maior temporada de chuva no estado em 100 anos, com ventos de até 120 km/h. Paim agradeceu a rápida resposta da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que liberou R\$ 162 milhões para iniciar a recuperação do estado.

O parlamentar também elogiou o ex-deputado federal e

ex-prefeito de Uberlândia (MG) Zaire Rezende, que, apesar das duras críticas ao seu partido, o PMDB, optou por permanecer na legenda. Paim disse que respeita quem, mesmo discordando, permanece no partido e tenta fazer mudanças internamente. É o caso de Pedro Simon (PMDB-RS) e dele próprio, frisou.

O senador encaminhou requerimento de voto de aplauso ao ex-deputado federal Florenciano Paixão (PDT-RS), pelo transcurso dos seus 90 anos de idade, no último domingo, em Porto Alegre. Paim assinalou que Florenciano foi o autor, em 1963, da lei que implementou o 13º salário.

Ele relatou ainda que o Cen-



Segundo Paim, há o registro de dez mortes no RS devido ao mau tempo

tro de Professores do Rio Grande do Sul, juntamente com o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais e entidades da área de segurança, realizaram ato público em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, para pedir a retirada de projetos na Assembleia Legislativa que extinguem benefícios da categoria.

## Fátima Cleide elogia fórum de educação profissional

Fátima Cleide (PT-RO) foi ao Plenário ontem para elogiar o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado na semana passada em Brasília. Ela destacou que o encontro reuniu cerca de 15 mil pessoas e se integrou às comemorações dos 100 anos de criação das primeiras escolas federais de educação profissional e tecnológica do país.

Segundo a senadora, o evento foi promovido pelo Ministério da Educação. Ela parabenizou o responsável pela pasta, Fernando Haddad, e o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do ministério, Eliezer Pacheco.



Fátima Cleide informou que, durante debate, Paulo Freire foi homenageado

Fátima Cleide informou que as atividades desenvolvidas no fórum — palestras, oficinas, feiras culturais e exposições, entre outras — tiveram como base

três eixos temáticos: educação, trabalho e desenvolvimento sustentável; educação, cultura e integração; e educação, ética, inclusão e diversidade.

### Paulo Freire

A parlamentar informou que, durante o evento, houve uma homenagem ao educador Paulo Freire — cuja anistia foi anunciada no último dia 26 pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. O educador faleceu em 1997.

— Ele foi um dos primeiros brasileiros a serem punidos pelo regime militar, após o golpe de 1964, quando foi demitido, preso e exilado — lembrou.

## Arthur Virgílio: gasoduto permite produção de energia limpa

Arthur Virgílio (PSDB-AM), em discurso ontem, comemorou a inauguração do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. Também reafirmou a importância do polo industrial de Manaus para o desenvolvimento do Amazonas e de toda a região Norte do país.

O senador explicou que o gasoduto tem 661 quilômetros de extensão e sete ramais de interligação, o que permitirá o envio de gás para grande parte do Amazonas. Entre as cidades que já começam a se beneficiar do gasoduto, disse Arthur Virgílio, estão Coari, Codajás, Anori, Anamá, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba.

– Com o gás vamos dizer adeus às geradoras térmicas que consomem diesel. O óleo será substituído pelo gás, com uma vantagem adicional: será energia limpa e evitará a emissão de 1,2 milhão de toneladas de CO<sub>2</sub>



Senador comemora inauguração do gasoduto Urucu-Coari-Manaus

por ano – afirmou.

### Ahmadinejad

Arthur Virgílio classificou como “inoportuna e desnecessária” a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, na semana passada. O parlamentar manifestou “desapreço às atitudes do presidente, por desenvolver práticas bélicas inadmissíveis em um mundo que clama por paz”.

## “Disparidade de renda é causa do aumento da criminalidade no Rio”

O Rio de Janeiro enfrenta os maiores índices de criminalidade da sua história, disse Marcelo Crivella (PRB-RJ). O senador responsabilizou “as lideranças políticas” pela falta de instrumentos eficientes de distribuição de renda, o que, em sua opinião, dividiu a cidade em duas e causou a disparidade de desenvolvimento entre uma e outra, levando ao aumento da criminalidade.

– Nós temos, de um lado, uma cidade culta, bonita, moderna, que tem lazer, e a uma distância constrangedora, uma enorme parcela da população vivendo abaixo da linha da dignidade humana – lamentou.

Para Crivella, a união dessas “duas cidades é uma questão fundamental no processo de desenvolvimento da cidadania dos cariocas”. Segundo o senador, as esperanças nesse sentido estão dirigidas para a riqueza que será



Crivella defende uso das Forças Armadas contra o crime na cidade

gerada com a exploração de petróleo na camada pré-sal.

O senador voltou a defender o uso das Forças Armadas no combate à criminalidade no Rio de Janeiro. Ele lembrou que o Senado já aprovou um projeto de lei complementar, de sua autoria, que dá aos militares o poder de Polícia Federal nos mais de sete mil quilômetros de fronteira seca no oeste brasileiro.

## Valadares relata participação em evento sobre segurança alimentar

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) relatou sua participação na Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em Roma, entre 16 e 18 de novembro. O evento, que discutiu os caminhos para a redução da fome no mundo, foi coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

– Esse encontro procurou centrar sua preocupação em torno das medidas a serem tomadas diante do agravamento da insegurança alimentar em várias regiões do mundo, especialmente no bojo da recente crise financeira e global e suas consequências – explicou.

O senador destacou discurso proferido, no evento, pelo papa Bento XVI, o qual afirmou que “a fome é a sinal mais cruel e concreto da pobreza”. Lembrou ainda da participação



Cúpula mundial discutiu os caminhos para redução da fome, diz Valadares

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse aos demais integrantes do encontro que a fome é a mais terrível arma de destruição em massa existente. Também citou palavras ditas pelo diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, que chamou a atenção para o fato de que uma em cada seis pessoas, no mundo, passa fome ou está em situação de insegurança alimentar.

Senador disse que a população não deve esperar a reação necessária do Congresso, da Presidência da República e do Judiciário se não houver pressão nas ruas e da imprensa

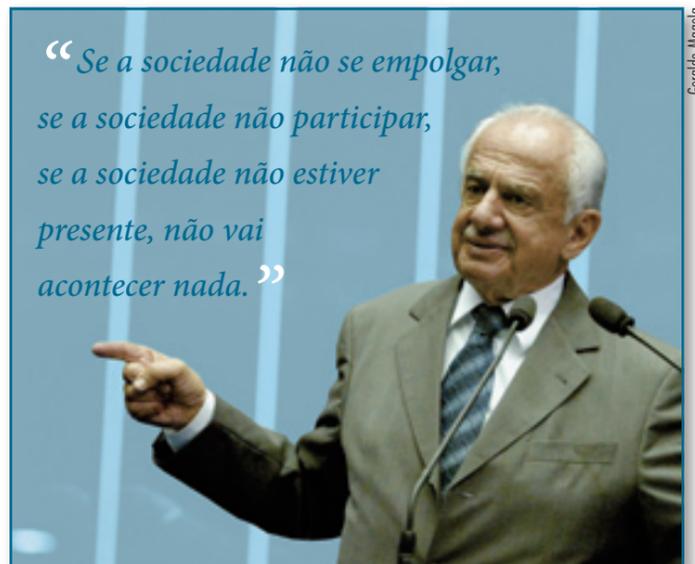
## Simon pede que sociedade se mobilize contra corrupção

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) afirmou ontem em pronunciamento que a população brasileira não deve esperar nada do Congresso Nacional, da Presidência da República e do Judiciário no que se refere ao enfrentamento da corrupção. Na avaliação dele, a população precisa se mobilizar e pressionar para combater essa e outras práticas que impedem o desenvolvimento do Brasil.

– Se a sociedade não se empolgar, se a sociedade não participar, se a sociedade não estiver presente, não vai acontecer nada. Daqui não sai nada – disse.

O senador comparou as recentes acusações contra autoridades do Executivo e do Legislativo do Distrito Federal a casos semelhantes ocorridos em anos anteriores, como o escândalo do mensalão, que atingiu figuras de destaque do governo Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato. Disse que os casos de corrupção descobertos nos últimos anos resultaram em poucas punições às pessoas envolvidas.

Simon elogiou a iniciativa do jornal *O Globo* de conclamar seus leitores a debater e a se manifestar contra problemas que prejudicam a população



“Se a sociedade não se empolgar, se a sociedade não participar, se a sociedade não estiver presente, não vai acontecer nada.”

brasileira. O primeiro tema que foi debatido pelo jornal foi a corrupção. O senador participou do primeiro encontro, chamado de Corrupção em Debate.

– Vamos iniciar essa caminhada, vamos percorrer o Brasil, vamos botar o Brasil de cabeça para frente, vamos cercar este Congresso Nacional. Vamos agir com coragem e dignidade. Nós temos que fazer isso. A sociedade tem que fazer isso. A imprensa tem que fazer isso – conclamou.

Em aparte, o senador Eduar-

do Suplicy (PT-SP) classificou as acusações contra o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e contra deputados distritais, como “extremamente graves”. Suplicy disse que os acusados são obrigados a prestar explicações à população brasileira.

No discurso, Simon também apoiou o lançamento da pré-candidatura do governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), para a Presidência da República, realizado ontem no Senado.

## Esperança popular pode reverter quadro, diz Arns

A sociedade brasileira precisa influir nos desdobramentos da Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, que revelou um esquema de corrupção no âmbito do governo do Distrito Federal, disse Flávio Arns (PSDB-PR). Para o senador, a sociedade organizada, junto com seus representantes no Congresso, pode reverter o quadro e transformá-lo em esperança.

– Nada substitui o povo organizado, que tem objetivos claros no combate à corrupção, à violência, e elege as pessoas que representam de forma mais adequada e fiel os propósitos que considera como essencial – avaliou, classificando de “deprimentes e deploráveis” os



Flávio Arns aponta desdobramentos da Operação Caixa de Pandora

vídeos nos quais o governador José Roberto Arruda (DEM) e deputados de vários partidos aparecem recebendo dinheiro de Durval Barbosa, ex-secretário de Relações Institucionais do

governo do Distrito Federal.

Arns considerou que a maioria do povo brasileiro é formada por “pessoas de bem”. Citou os reitores Vilmar Thomé, da Universidade de Santa Cruz do Sul (RS), e Clemente Ivo Juliatto, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, que assumiram, respectivamente, os cargos de presidente e vice-presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), que reúne entidades sem fins lucrativos, as quais, segundo o senador, “dão o melhor de si” pela educação superior no país. Ele mencionou também as associações de pais e amigos dos excepcionais (Apaes) existentes em 2 mil municípios há 55 anos.

## Sadi Cassol defende Sistema S para o turismo

Sadi Cassol (PT-TO) pediu ontem que seja colocado em votação o projeto (PLS 174/09) de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) que institui o Sistema S do Turismo, mediante a criação do Serviço Social do Turismo (SesTur) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur), ligados à Confederação Nacional do Turismo (CNTur).

O senador lembrou que o setor de turismo é atualmente atendido no âmbito da Confederação Nacional do Comércio (CNC), por meio do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que, observou, têm feito bom trabalho.



“Setor precisa de profissionais mais bem treinados”, afirma Sadi Cassol

Sadi Cassol defende um sistema específico do setor para que sejam mais bem treinados os profissionais do ramo, sobretudo quando o país se prepara

para sediar as duas maiores competições esportivas – a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e a Olimpíada, em 2016. O senador leu nota técnica do Ministério do Trabalho que reconhece a CNTur como única entidade para o turismo, reduzindo a atuação da CNC ao comércio.

Ele lembrou que o turismo tem pequeno impacto ambiental e é forte indutor do desenvolvimento regional. Informou que o Brasil ocupa o 45º lugar no ranking mundial dos destinos turísticos, com 5 milhões de visitantes/ano. Os turistas estrangeiros gastaram em outubro R\$ 451 milhões, 6% a menos que no mesmo mês do ano passado, disse o senador.